



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

ATA 3ª SESSÃO

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis às 9:50h, na Coordenação de Material e Patrimônio da Universidade Federal da Bahia, realizou-se a 3ª Sessão da Licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 03/2016**, que tem como objeto a Contratação de Empresa Especializada em Serviço de Engenharia para Execução, mediante o regime de empreitada por preço unitário, da obra de conclusão do pavilhão administrativo do Instituto Multidisciplinar de Saúde, Campus Anísio Teixeira, Vitória da Conquista/BA. A Comissão Especial de Licitação, designada pela **Portaria de nº 49/2016**, da Senhora Coordenadora de Material e Patrimônio da UFBA, deu início à terceira sessão da licitação, através de chamada nominal, na qual se apresentaram: **01) EMPRESA PAULUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA CNPJ nº 02702285/0001-38, 02) EMPRESA CSG ENGENHARIA CNPJ nº 01027728/0001-70, 03) EMPRESA TEKNIK CONSTRUTORA CNPJ nº 12431140/0001-01, 4) EMPRESA ART PROJETOS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA CNPJ nº 10672793/0001-49.** O representante presente da Empresa Paulus, João Paulo de Souza Aquino, não poderá se manifestar durante a sessão, por não ter sido credenciado previamente, conforme item 3.4 do edital. Em seguida, a Comissão anunciou o resultado da análise sobre o recurso da empresa CSG Engenharia Ltda. e sobre os 2 recursos da empresa Potencial Engenharia e Instalações Ltda., a saber: 1) Recurso apresentado pela empresa **CSG Engenharia Ltda.** à Comissão de Licitação, contra a decisão dessa comissão referente à habilitação de algumas licitantes, solicitando a anulação dessa decisão **sobre a não obrigatoriedade da apresentação da declaração de vistoria com atesto do funcionário da UFBA na mesma e inabilitação das empresas licitantes que não apresentaram o item citado.** I – DA TEMPESTIVIDADE - A Comissão considera o recurso tempestivo, visto que foi efetuado no prazo indicado; II – DA ATA DE JULGAMENTO - Os documentos apresentados mostram a obrigatoriedade da vistoria e das declarações exigidas em edital e termo de referência; III – DO MÉRITO - Conforme mencionado no item II, os documentos apresentados mostram, sim, uma exigência da Comissão de Licitação quanto à vistoria do local e apresentação da declaração da mesma, porém, ao contrário do que alega a licitante, **NÃO** comprova, em nenhum momento, a obrigatoriedade de um ateste de funcionário da UFBA nessa declaração. Os esclarecimentos ocorridos durante o processo licitatório INDICAM o contato de funcionário para liberar o acesso das empresas e acompanhar as visitas, porém, em nenhum momento, dizem ser obrigatório o ateste do mesmo na declaração de vistoria; IV – DOS PEDIDOS - Diante da explicação no item III acima, a Comissão considera que os pedidos da licitante **NÃO DEVEM SER ACATADOS** e que o recurso impetrado é **IMPROCEDENTE**; 2) Recurso apresentado pela empresa **Potencial Engenharia e Instalações Ltda.** à Comissão de Licitação, contra a decisão dessa comissão referente à habilitação de algumas licitantes, solicitando a anulação dessa decisão **sobre a não obrigatoriedade da apresentação da declaração de vistoria com atesto do funcionário da UFBA na mesma e inabilitação das empresas licitantes que não apresentaram o item citado.** I – DA TEMPESTIVIDADE - A Comissão considera o recurso tempestivo, visto que foi efetuado no prazo indicado; II – DA ATA DE JULGAMENTO - Os documentos apresentados mostram a obrigatoriedade da vistoria e das declarações exigidas em edital e termo de referência; III – DO MÉRITO - Conforme mencionado no item II, os documentos apresentados mostram, sim, uma exigência da Comissão de Licitação quanto à vistoria do local e apresentação da declaração da mesma, porém, ao contrário do que alega a licitante, **NÃO** comprova, em nenhum momento, a obrigatoriedade de um ateste de funcionário da UFBA nessa

[Assinaturas manuscritas em azul]

declaração. Os esclarecimentos ocorridos durante o processo licitatório INDICAM o contato de funcionário para liberar o acesso das empresas e acompanhar as visitas, porém, em nenhum momento, dizem ser obrigatório o ateste do mesmo na declaração de vistoria; IV – DOS PEDIDOS - Diante da explicação no item III acima, a Comissão considera que os pedidos da licitante **NÃO DEVEM SER ACATADOS** e que o recurso impetrado é **IMPROCEDENTE**; 3) Recurso apresentado pela empresa **Potencial Engenharia e Instalações Ltda.** à Comissão de Licitação, contra a decisão dessa comissão referente à inabilitação da recorrente pelo descumprimento dos itens 5.2.2.4 e 5.2.2.5 do edital, solicitando a revisão dessa decisão, pela habilitação da licitante em questão. I – DA TEMPESTIVIDADE - A Comissão considera o recurso tempestivo, visto que foi efetuado no prazo indicado; II - DOS FATOS SUBJACENTES - A requerente apenas descreve o motivo do recurso; III – DA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE - Após revisão da documentação de habilitação enviada pela empresa recorrente, a comissão de licitação observou a vinculação da ART de nº BA2014.098794, do Eng. Civil Hermano Barros Filho, com atividade de execução de reforma com área de 29.540,00 m², à CAT com atestado emitida pelo CREA-BA, de nº 322741/2015, onde não consta área de intervenção e verificou o atendimento aos itens 5.2.2.4 e 5.2.2.5 do edital pela empresa em questão; IV – DO PEDIDO - A Comissão de Licitação julgou o pedido **VÁLIDO** e o recurso **PROCEDENTE**. Sendo assim, a empresa **Potencial Engenharia e Instalações Ltda.** volta a estar **habilitada** para a próxima fase do certame. A Comissão franqueou a palavra aos representantes presentes, os quais manifestaram interesse em fazer registros: o representante da Empresa CSG Engenharia discordou do parecer quanto ao indeferimento do recurso impetrado pela empresa e informou que o Departamento Jurídico da mesma será comunicado e irá instruir sobre os seus próximos passos. Ato contínuo, foi aberto o envelope nº 2, após conferência da integridade do pacote com os envelopes nº 2 pelos licitantes presentes. Aberto os envelopes a **EMPRESA ART PROJETOS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** apresentou proposta no valor R\$ 2.793.634,60 (dois milhões setecentos e noventa e três mil, seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta centavo), a **EMPRESA CSG ENGENHARIA** apresentou proposta no valor R\$ 2.871.458,57 (dois milhões oitocentos e setenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), a **EMPRESA PAULUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** apresentou proposta no valor R\$ 2.990.000,00 (dois milhões novecentos e noventa mil reais), a **EMPRESA JC ALPHA CONSTRUTORA LTDA – ME** apresentou proposta no valor R\$ 3.013.433,72 (três milhões, treze mil, quatrocentos e trinta e três reais e setenta e dois centavos), a **EMPRESA POTENCIAL ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA** apresentou proposta no valor R\$ 3.209.040,12 (três milhões, duzentos e nove mil, quarenta reais e doze centavos) e a **EMPRESA TEKNIK CONSTRUTORA** apresentou proposta no valor R\$ 3.211.106,75 (três milhões, duzentos e onze mil, cento e seis reais e setenta e cinco centavos). A comissão disponibilizou as propostas de preço para conhecimento e conferência dos licitantes presentes, após o Presidente da Comissão franqueou a palavra aos mesmos, os quais manifestaram interesse em fazer registros: 1) o preposto da Empresa CSG argumenta que a empresa Paulus apresenta preço maior que o órgão no item 1.9 da planilha orçamentária, 2) que a empresa Potencial apresenta BDI acima dos limites especificados pela TCU, 3) a empresa ART não apresentou discriminação de mão de obra, materiais, serviços e equipamentos na composição unitário, 4) o preposto da empresa ART argumentou que a empresa CSG apresentou preços muito abaixo da planilha do órgão nos itens 3.5.3, 3.7.7 e 6.2.5. Ato contínuo, a Comissão encerrou a sessão informando que após as análises efetuadas nas propostas de preços das empresas habilitadas, divulgará o resultado do certame licitatório através de publicação no site da UFBA e por e-mail às empresas habilitadas. Sem mais nada a registrar, eu, Rosana De Leo Rodrigues da Guarda, arquiteta, lavro a presente ata que depois de lida e aprovada pela Comissão e por todos os licitantes presentes, segue assinada. #

Salvador, 30 de novembro de 2016.

Comissão:

Marco Antônio Lima de Oliveira

Rosana De Leo Rodrigues da Guarda

116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134

Presidente


Fabiana D'Angelo Rocha
Membro

Membro


Márcio Tulio Santana Perroni
Membro

Representante:

1 
.....
EMPRESA TEKNIK CONSTRUTORA LTDA.

2 
.....
EMPRESA CSG ENGENHARIA

3 
.....
EMPRESA ART PROJETOS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

